



estudos
DEPLAN



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Departamento de Planejamento Governamental

ESTUDOS DEPLAN

Edição

Nº 10/2018

Avaliação de Impacto de Políticas Públicas
Conceitos, Metodologias e Experiências

Junho/2018



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: José Ivo Sartori

Vice-Governador: José Paulo Dornelles Cairoli

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Josué de Souza Barbosa

Secretário Adjunto: Melissa Guagnini Hoffmann Custódio

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL (DEPLAN)

Diretor: Antonio Paulo Cargnin

Diretora Adjunta: Carla Giane Soares da Cunha

EQUIPE EDITORIAL

Antonio Paulo Cargnin

Juliana Feliciati Hoffmann

FICHA TÉCNICA:

Juliana Feliciati Hoffmann e Ana Júlia Possamai (Coordenação e elaboração)
César Stallbaum Conceição, Fernanda Rodrigues Vargas, Gisele da Silva
Ferreira, Juliana Feliciati Hoffmann, Sílvia Letícia Lorenzetti, Rayssa Miczewski
de Araújo, Vinícius Dias Fantinel (elaboração)

REVISÃO E TRADUÇÃO: Marlise Margô Henrich

CAPA: Laurie Fofonka Cunha

Estudos DEPLAN / Departamento de Planejamento Governamental - RS.
Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2015-

v. : il.

Semestral.

Título especial a cada edição, de acordo com o assunto predominante.
Publicado pela Secretaria de Planejamento, Planejamento, Governança
e Gestão, 2015-

ISSN 2447-4576

1. Desenvolvimento regional – Periódico – Rio Grande do Sul. I. Rio
Grande do Sul. Secretaria de Planejamento e Gestão. Departamento de
Planejamento Governamental.

CDU 332.1(816.5)(05)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O IMPERATIVO DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE APOIO AO SETOR PRIVADO NO BRASIL: MUITO GASTO, POUCO IMPACTO*

Xavier Cirera¹

Resumo: O texto tem como objetivo enfatizar a importância da avaliação de políticas públicas de apoio ao setor privado no Brasil. Muitos recursos são aplicados em programas no setor privado no país, tornando urgente a composição de uma agenda de avaliação para que se possa dialogar quanto à racionalização dessas políticas com base em evidências. Há poucas evidências quanto aos efeitos das políticas de apoio às empresas sobre a produtividade, os empregos e os preços ao consumidor, por exemplo. O efeito direto provável é, pelo contrário, regressivo na maioria dos programas, por favorecer grandes empresas já estabelecidas ou empregos formais já existentes. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de uma análise aprofundada desses programas, bem como de uma institucionalidade que apoie e conte com processos para difundir os resultados dessas avaliações.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Avaliação de impacto. Apoio ao setor privado.

Abstract: The text aims at emphasizing the importance of public policy evaluation in order to support the private sector in Brazil. Many resources are invested in programs for private sector in the country. The implementation of an evaluation agenda in this area is urgent, in order to support a dialogue on the rationality of these policies, with evidence base. There is little evidence regarding the effects of business support policies on the productivity, employment and consumer prices, for example. On the contrary, the likely direct effect is regressive in most programs, once it favors large established firms and/or existing formal jobs. In this sense, the need for an in-depth analysis of these programs is highlighted, as well as the implementation of an institutionality that supports and counts on processes to disseminate the results of these evaluations.

Keywords: Public Policies. Impact evaluation. Support to the private sector.

* Texto elaborado a partir da transcrição da fala e da apresentação em slides de palestras proferida no Workshop Avaliação de Impacto de Políticas Públicas, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2017, no Auditório da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG-RS), com o apoio do Banco Mundial.

¹ Economista Sênior do Grupo Banco Mundial.

INTRODUÇÃO

Políticas e programas de apoio ao setor privado justificam-se com base no atendimento do interesse público. Visam tratar problemas de externalidades, de informação assimétrica e outras falhas de mercado, com vistas a promover o crescimento do emprego e aumento da produtividade. Em geral, essas intervenções apoiam certas empresas e atividades econômicas em detrimento de outras. Ao proporem uma espécie de reserva de mercado para alguns setores, concedendo-lhes uma proteção especial, impõem, porém, um estrangimento à concorrência. Sabemos que a concorrência tem um impacto positivo nas práticas de gestão, e restringir a concorrência pode ter impacto sobre a produtividade.

Portanto, ainda que possamos identificar as falhas de mercado, elas não são suficientes para justificar uma política. Muitas vezes, do ponto de vista da política pública, estamos resolvendo falhas de mercado, mas com muita pouca consideração sobre falhas de governo, ou seja, falhas na implementação. Essas falhas podem ocorrer mesmo quando se podem identificar as falhas de mercado de maneira clara, mas em muitos casos não estão identificadas no desenho da política.

Em virtude dessas questões, devemos ser muito conscientes quanto aos impactos esperados quando se desenha um instrumento. Devemos desenhar o Marco Lógico da intervenção, de modo que possamos pensar, ao menos conceitualmente, quais são os problemas que vamos atender. Mais que isso, devemos monitorar e avaliar a eficiência e a eficácia do gasto nessas intervenções, especialmente no contexto atual de crise fiscal e de problemas de financiamento. Portanto, duas coisas deve se ter em mente como muito importantes: a identificação da falha de mercado e o potencial para a falha do governo na implementação.

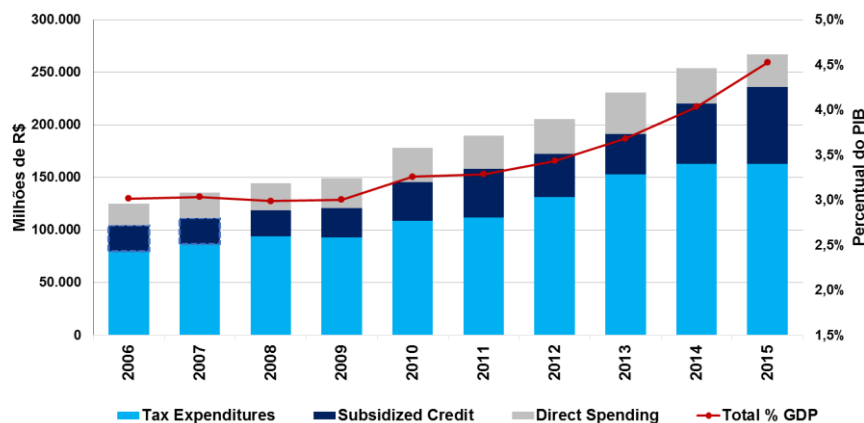
Este texto busca justamente enfatizar a importância da avaliação de políticas públicas de apoio ao setor privado no Brasil. Demonstra-se que são investidos muitos recursos nesses programas, sendo urgente compor uma agenda de avaliação e a respectiva institucionalidade, para que se possa dialogar quanto à racionalização dessas políticas, com base em evidências.

O IMPERATIVO DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE APOIO AO SETOR PRIVADO NO BRASIL

Nesta seção, apresentaremos o resultado de análises da eficiência do gasto público em matéria de apoio ao setor privado, realizadas pelo escritório de Brasília do Banco Mundial. Foram analisados apenas os gastos com impactos fiscais diretos, classificados em três tipos: (1) gastos tributários e isenções fiscais; (2) crédito subsidiado; e (3) gastos gerais (apoio direto às empresas). O estudo abarcou apenas o nível federal e não incluiu: empresas estatais, políticas que afetam todas as empresas uniformemente (p. ex.: regulações, investimentos públicos em infraestrutura), tampouco políticas estaduais e municipais. Intuímos, porém, que os resultados obtidos em nível federal também se verificam em nível estadual.

A primeira conclusão a que chegamos é que o gasto com políticas de apoio ao setor privado no Brasil é muito elevado. Aumentou de 3% do PIB a 4,5% do PIB, entre 2006 e 2015 (Figura 1). Em comparação internacional, há muitos recursos que são gastos no apoio ao setor privado no Brasil, principalmente em relação aos gastos tributários. Portanto, é imperativo mostrar que os programas são efetivos no aumento da produtividade e do emprego e no crescimento das empresas.

Figura 1 – Gastos públicos relacionados às políticas federais de apoio às empresas

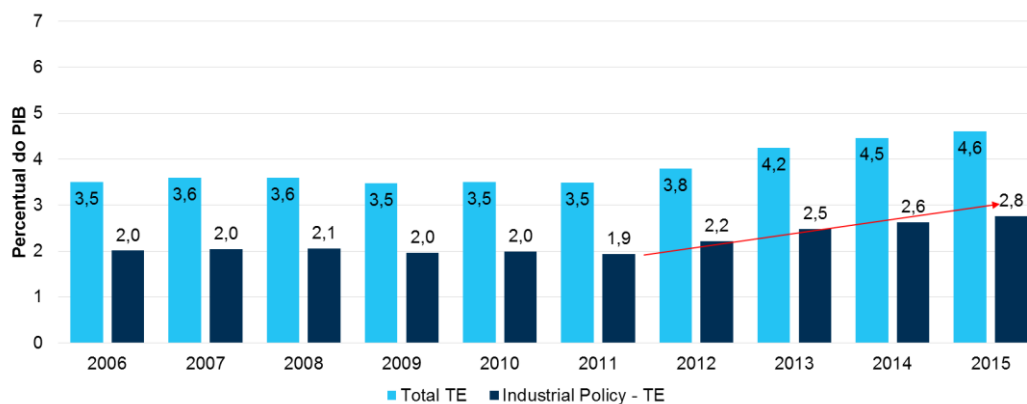


Fonte: Receita Federal do Brasil/Tesouro Nacional/SPE

Nota: Valores em milhões de reais, ano base 2015. Crédito estimado antes de 2008.

A maior parte do gasto com apoio ao setor privado é atribuída a **isenções fiscais**. Gastos tributários chegaram a 4,6% do PIB em 2015, incluindo proteção social e outras políticas, sendo 2,8% do PIB apenas os gastos tributários ligados ao setor privado (Figura 2). Esse montante deve-se majoritariamente ao regime especial do Simples Nacional, responsável por gastos de até 1,2% do PIB (Figura 3).

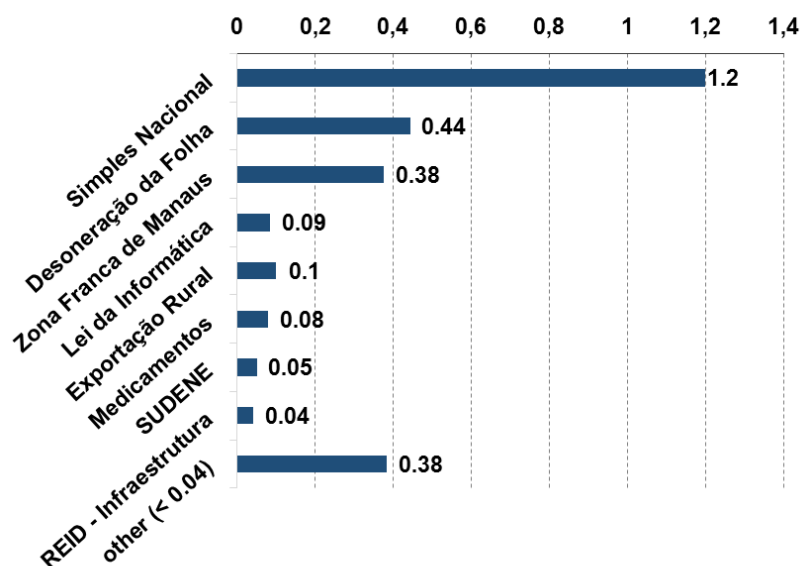
Figura 2 – Gastos tributários, em porcentagem do PIB (2006-2015)



Nota: Não incluídos os gastos tributários com ICMS em nível estadual (adicional de +1% do PIB).

Fonte: Receita Federal do Brasil

Figura 3 – Gastos tributários, em porcentagem do PIB (2015)



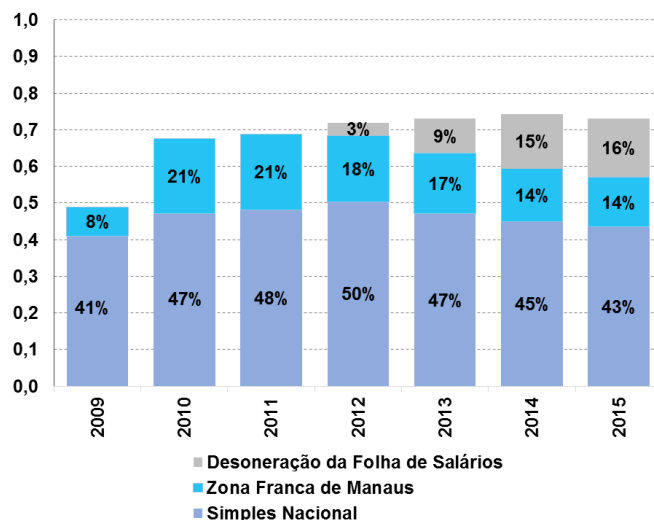
Fonte: Receita Federal do Brasil

Nota 1: "Outros" inclui a SUDAM, Inovação Tecnológica, Automotivo, Petroquímico, Etanol, Pesquisas em C&T.

Nota 2: O corte transversal inclui DTs relativas a bens de capital; a aceleração do período de depreciação dos equipamentos de capital, de 10 para 5 anos, a partir de agosto de 2012; o programa REPORTO, de abril de 2012, que isenta os impostos sobre importação e os impostos indiretos sobre investimentos em infraestrutura; o Plano Nacional de Banda Larga; a isenção de impostos indiretos para equipamentos domésticos e construções civis relacionadas a redes de telecomunicações.

A desoneração da folha também foi expandida de maneira muito ampla e para vários setores no período considerado. Mas a experiência internacional não é muito clara quanto a seu impacto. Finalmente, há a Zona Franca de Manaus (ZFM), que se trata mais de uma questão de transferência estadual do que de desenvolvimento do setor privado. Atualmente, o Simples Nacional representa quase a metade dos gastos tributários, seguido da desoneração da folha de salários e da ZFM (Figura 4).

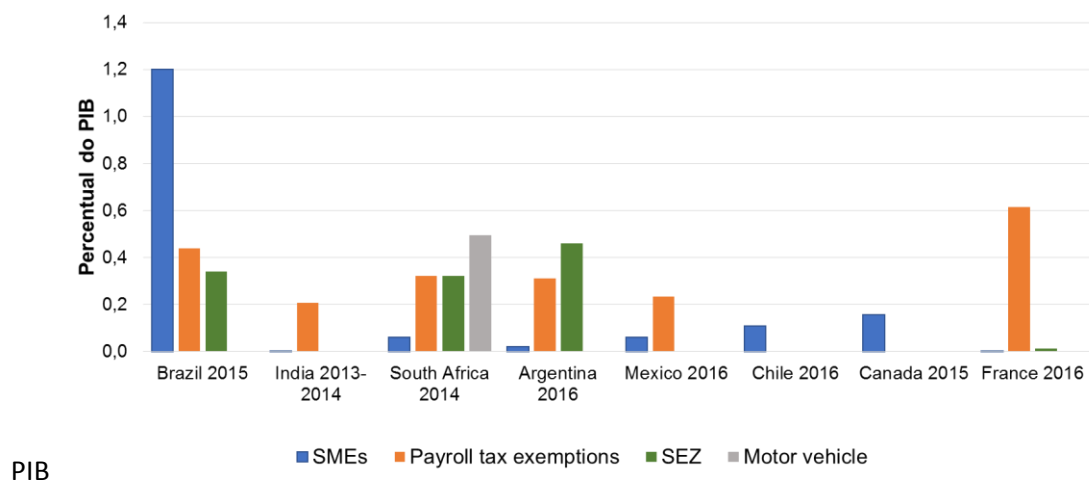
Figura 4 – Simples, Desoneração e Zona Franca de Manaus, em porcentagem do total de gastos diretos com políticas de apoio às empresas



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Em uma comparação internacional, pode-se verificar que são muito grandes os gastos tributários no Brasil com o apoio às empresas (Figura 5). Os dados novamente excluem as esferas subnacionais e referem-se a fontes diferentes, com alguns problemas de compatibilidade na definição, mas úteis à ilustração. Verifica-se, por exemplo, que os gastos com programas voltados às pequenas e médias empresas (SMEs) e os gastos tributários com isenções na folha de pagamentos são pontos fora da curva ou *outliers*, quando comparados a outros países. No caso brasileiro, a coluna azul refere-se praticamente ao Simples Nacional e ao apoio às pequenas e médias empresas.

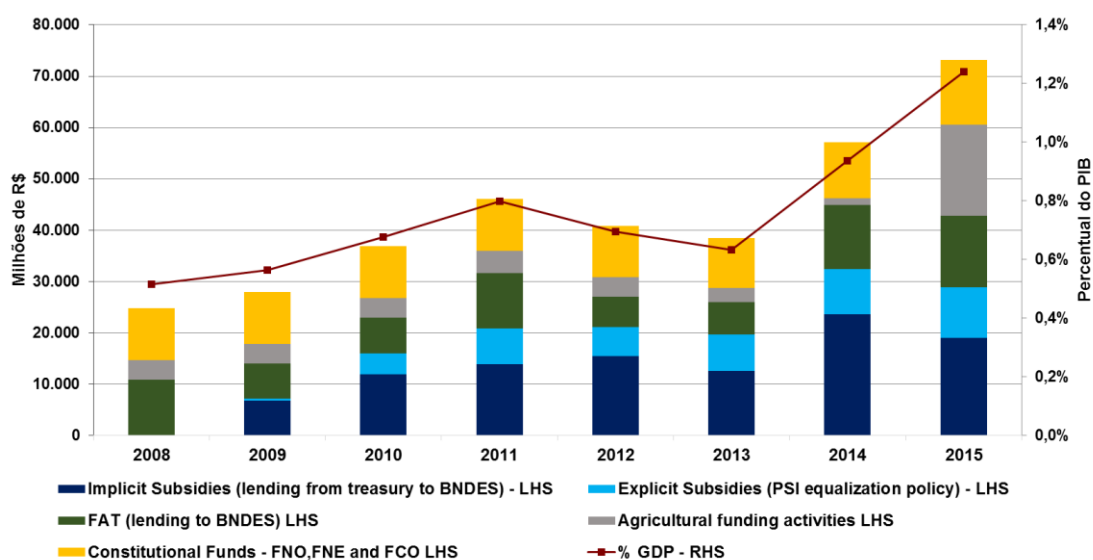
Figura 5 – Programas de gastos tributários selecionados, em porcentagem do



Fonte: Dutz *et al.* (2017).

Além das isenções fiscais, há o **crédito subsidiado**. O crédito subsidiado é muito grande no Brasil, tendo aumentado para 1,2% do PIB em 2015, majoritariamente ligado às operações do BNDES (Figura6).

Figura 6 – Custo do Crédito Subsidiado, em porcentagem do PIB (2006-2015)



Fonte: Equipe Finance&Markets, Banco Mundial e Receita Federal do Brasil.

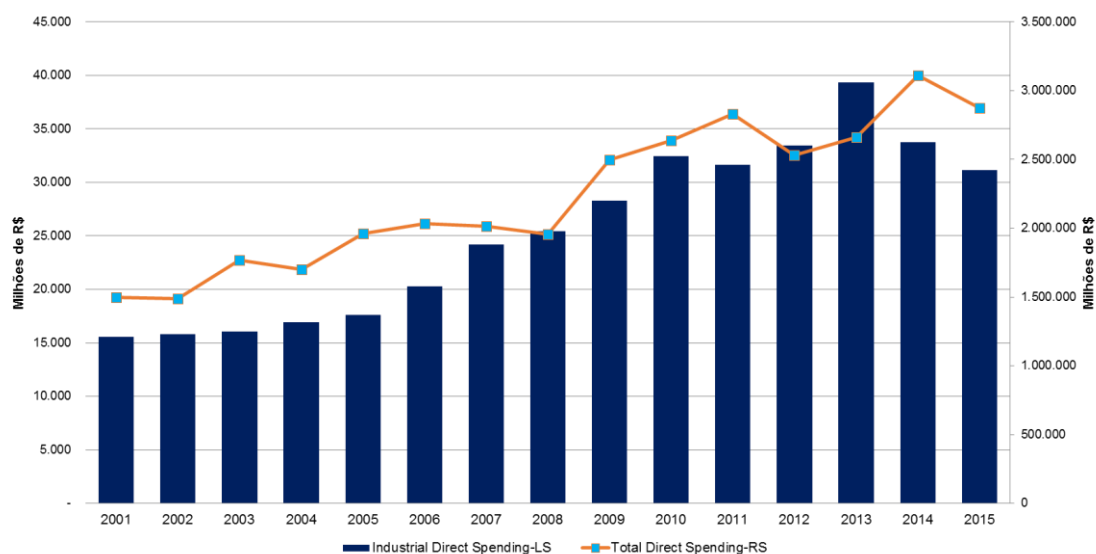
Nota 1: Valores em milhões de reais, ano base 2015.

Nota 2: Os fundos constitucionais são alocados para o Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO), para financiar empresas de todos os setores produtivos.

Nota 3: Fundos constitucionais e fundos de agrícolas estimados antes de 2011.

Por sua vez, **gastos gerais**, que compreendem o apoio direto às empresas, também aumentaram (Figura 7), e já representam 0,5% PIB – a única porcentagem menor do que a de outros países.

Figura 7 – Gastos gerais (gastos diretos), em milhões de reais (2006-2015)

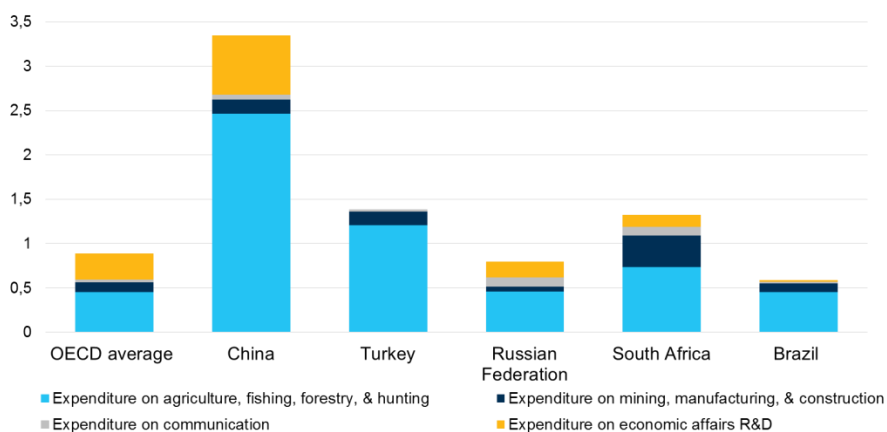


Fonte: Receita Federal do Brasil.

Nota 1: Valores em milhões de reais, ano base 2015.

Não é possível comparar com a China, onde os gastos diretos são muito significativos, mas sim com outros países em que os gastos diretos são menores (Figura 8). Entendemos que esses sejam os mecanismos de intervenção que tendem a expandir no futuro. Isto é, mais gasto direto e menos isenções tributárias e crédito subsidiado. Portanto, é nesses programas que os desenhos de políticas e as avaliações de impacto serão muito mais importantes.

Figura 8 – Gastos com assuntos econômicos, em porcentagem do PIB (2014)



Fonte: Dutz *et al.* (2017).

Não obstante o gasto significativo com políticas de apoio às empresas no Brasil, a eficácia e a eficiência dessas políticas não foram suficientemente documentadas. Faltam

avaliações sistemáticas e rigorosas quanto ao impacto desses gastos. A maioria das avaliações identificadas são quase-experimentais. É muito impactante a falta de experimentos. A criação da evidência é um elemento muito importante para facilitar as decisões de política pública, que têm que acontecer. Na seção seguinte, são apresentadas algumas evidências identificadas em estudos do Banco Mundial sobre alguns dos programas acima mencionados.

POLÍTICAS DE APOIO ÀS EMPRESAS NO BRASIL: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

O Simples Nacional

Como visto, o Simples Nacional corresponde a um gasto de 1,2% do PIB brasileiro, mas há pouca evidência quanto a seu impacto. O objetivo do Simples Nacional era incentivar a formalização das pequenas e médias empresas, ao reduzir os custos operacionais por meio de simplificação de encargos fiscais e administrativos.

Porém, as evidências sobre a efetividade do Programa na formalização de empresas são inconclusivas. As evidências internacionais apontam que a maioria dos programas de formalização tem impacto limitado. Estudos realizados na Colômbia demonstraram que algum tipo de política semelhante tem um impacto positivo na formalização, mas, no geral, não muito. Os esforços para aprimorar o cumprimento da lei apresentam melhores resultados.

Além disso, percebem-se potenciais distorções na escolha de insumos intermediários, bem como consequências não-intencionais sobre a produtividade. Sabe-se, a partir de experiências de outros países, que isenções fiscais, como o Simples Nacional, podem inibir microempresários de crescerem, para evitar que passem para um regime diferente de tributação. Também há a probabilidade da carga tributária seguir um padrão de U invertido, deixando as empresas de médio porte em situação de desvantagem competitiva.

Nesse sentido, cabe ponderar a possibilidade de poupar 1,2% do PIB, retirando alguns dos incentivos do Simples, sem necessariamente elevar a carga tributária. Pelo contrário, a carga tributária deveria descer, por exemplo, por meio da integração doméstica no mercado, com alíquotas semelhantes.

Desoneração da folha de pagamentos

Desoneração da folha de pagamentos também é um programa com custo fiscal alto, de 0,4% do PIB, que tampouco apresenta uma evidência de que está funcionando. O objetivo da intervenção é gerar empregos ou proteger os já criados. Contudo, não está claro se é efetiva. Se for, o efeito é limitado e há dúvidas se novos empregos estão, de fato, sendo criados ou se há um deslocamento do setor informal para o formal. O metaestudo constatou um impacto limitado na taxa de emprego. (DUTZ *et al.*, 2017)

Cabe observar que a intervenção foi inspirada em programas europeus, adotados em circunstâncias completamente diferentes. Há casos em que a desoneração aumentou os salários, mas a criação de novos empregos foi limitada ou inexistente (p. ex., Chile, Argentina,

Suécia e Finlândia). Na Colômbia, por sua vez, foi identificada uma redução do trabalho informal.

A eficiência do gasto, porém, é questionável, por representar um alto custo fiscal (0,4% do PIB) e um alto custo por emprego criado, equivalente ao triplo do salário do trabalhador.

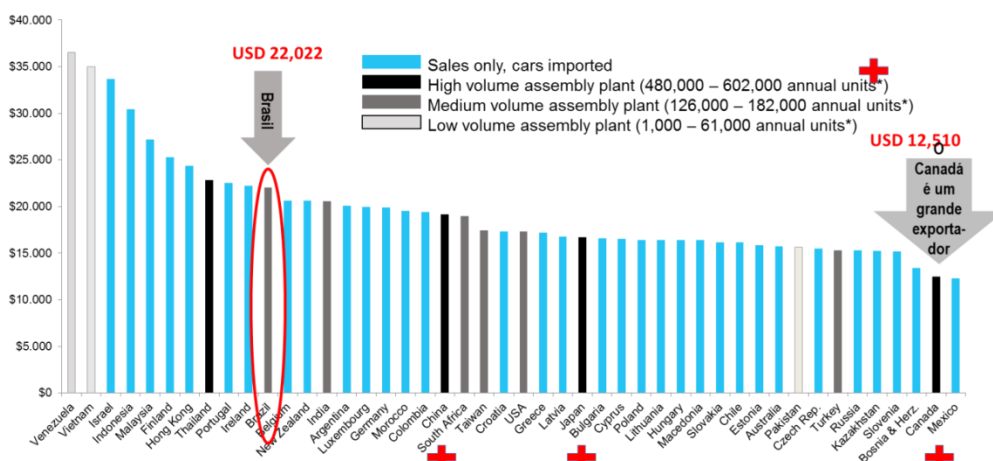
Nesse ponto se pode entender a relação com a falha do mercado. Usar isenções fiscais para fazer política para o setor privado guarda implícito no desenho da política pública uma ideia de falha de mercado que muitas vezes não é a falha de mercado principal. Por exemplo, a isenção fiscal não ajuda pequenas e médias empresas quando a falha é informação assimétrica. Uma complicação quanto à tomada de decisão sobre algumas isenções tributárias se deve a como são desenhadas. As isenções podem não ter impacto, mas são muito mais fáceis de implementar.

Inovar-Auto

O programa Inovar-Auto, já estava a ponto de fechar, mas há uma discussão sobre o próximo programa. O programa compreende uma aglomeração de incentivos, que o torna muito complexo, produzindo distorções entre setores e entre tipos de empresas, com impacto negativo sobre a produtividade.

No caso desse programa, um elemento importante na questão da política pública não é seu custo fiscal, que não é muito elevado, mas seu custo para o consumidor. O custo de um automóvel no país é muito alto. A Figura 7 apresenta uma comparação do preço de venda anunciado para o modelo básico do Toyota Corolla 2017, que é produzido no Brasil – o que tornaria o preço mais baixo. Quando comparado ao preço de outros países, o preço pago aqui é muito alto.

Figura 7 – Preço de venda anunciado para o modelo básico do Toyota Corolla 2017



Fonte: Dutz *et al.* (2017).

Esse exemplo evidencia que as políticas de apoio ao setor privado não são neutras, mas têm um impacto muito grande nas pessoas. Quando se pretende criar emprego no setor, que é um objetivo muito importante, tem que se pensar também qual será o custo desse emprego

criado. Nesse caso, o custo mostra-se muito elevado para o consumidor. Caberia agora, portanto, pensar como apoiar o setor automotivo usando instrumentos que tenham um custo menor à população.

Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

Programas de crédito subsidiado assumem a existência de uma falha no mercado muito determinada, ligada ao mercado financeiro, ao financiamento da inovação e de outras coisas. Algumas avaliações de impacto sobre o cartão do BNDES demonstraram resultados positivos, mas, no geral, há poucos estudos.

Além da eficiência do programa, outro elemento importante que deve ser ponderado (e que nem sempre compreende as avaliações de impacto no setor privado) é a questão da assistência fiscal. Muitas vezes focamos apenas em qual é o impacto do programa, se aumentou a produtividade, o emprego, etc. A metodologia é complexa, e os dados disponíveis não dão para mais. Mas há também o elemento da incidência, que é muito importante e que deve ter uma agenda específica no futuro. Ou seja, quem está sendo beneficiado pelo programa?

Essa questão envolve identificar quem é o beneficiário do programa, qual a diferença relativa entre empresas e entre trabalhadores. Além disso, que tipo de empresas ou que tipo de trabalhador é beneficiado e qual o impacto na desigualdade da renda. Isso porque, muito desses programas são para grandes empresas, como, por exemplo, os de crédito subsidiado. O crédito é captado por empresas médias e grandes apenas, em virtude da forma como o BNDES o concede. Esse é um ponto muito importante: como o desenho e a implementação do programa pode trocar completamente quem são os beneficiários do programa e os seus resultados.

PROGRAMAS DE APOIO AO SETOR PRIVADO: MUITO GASTO, POUCO IMPACTO

Como visto, há muito pouca evidência sobre a eficácia e a eficiência dos programas de apoio ao setor privado no aumento da produtividade e na criação sustentável de empregos – e a maior parte da evidência que existe é de que não há muito impacto. Os programas maiores provavelmente não são custo-eficientes e há vários com um efeito de renda regressivo.

Além disso, há que se considerar que o desenho de muitos desses programas (como de isenções, conteúdo local, etc.) introduz muitas distorções na economia, que são contrárias à melhoria da concorrência nos mercados de produção e de insumos, da inovação, da realocação dos recursos, bem como da produtividade dentro das empresas.

As análises realizadas pelo Banco Mundial, acima sintetizadas, evidenciam que a maioria das políticas de suporte comercial beneficia as grandes empresas. No que compete aos gastos tributários, o Simples Nacional beneficia pequenas empresas formais, mas outros programas beneficiam, em grande parte, empresas de grande porte já estabelecidas (p. ex.:

ZFM e Inovar-Auto). Estudos apontam, ainda, que a desoneração da folha intensificou o padrão regressivo do sistema tributário. (DUTZ *et al.*, 2017)

Por sua vez, o crédito subsidiado beneficia, principalmente, empresas grandes e dominantes, ao passo que os gastos gerais (diretos) apresentam pouco acesso para empresas pequenas ou novas. Ademais, identificaram-se impactos negativos nos preços ao consumidor, no caso da ZFM e do programa Inovar-Auto.

Em suma, a análise aponta **muito gasto e pouco impacto**. Diante disso, propõe-se a seguinte provocação. Se os três grandes programas (Simples, desoneração da folha e ZFM) não produzem o impacto esperado, seria possível economizar ou realocar até 2% do PIB com a eliminação de programas ineficazes (Quadro 1).

Quadro 1 – Resumo das possíveis economias fiscais com os três grandes programas de apoio ao setor privado

Ações de Política	Eficiência	Patrimônio líquido	Economia Fiscal (% do PIB)
Reformar o Simples (idealmente, a reforma faria parte de um processo mais amplo de simplificação fiscal)	++	?	1,2
Revogar as desonerações da folha de pagamentos (desoneração da folha)	+	?	0,4
Reformar a Zona Franca de Manaus (idealmente, como parte de uma alternativa menos distorcida e menos onerosa)	++	+	Até 0,4
Total			Até 2,0

Fonte: Dutz *et al.* (2017).

Nesse cenário, portanto, haveria muito espaço para poupança fiscal. Não se trata de dizer que os programas devam ser parados, mas de dizer que se tem que fazer alguma coisa. Porém é preciso ter boas avaliações das políticas para tomar decisões. Afinal, 2% do PIB é muito recurso, que poderia ser gasto para aumentar o Bolsa Família ou melhorar a educação, o PRONATEC, etc. Portanto, é imperativo mais avaliações para informar o debate público, bem como para reformular as políticas, eliminá-las gradualmente ou substituí-las, enquanto se tratam os impactos na economia política.

O DESAFIO DA INSTITUCIONALIDADE DA AVALIAÇÃO

Além das avaliações de impacto em si, há outras áreas que precisam de mais trabalho. Já falamos da necessidade de avaliação da qualidade do desenho e da implementação das políticas de apoio ao setor privado. Mas há também a questão da institucionalidade. Quais programas serão avaliados? Quem avaliará os programas? E o que vamos fazer com o resultado da avaliação de impacto (as evidências)? Diferentes países já começam a fazer mais avaliação de impacto, mas, uma vez que acaba a avaliação de impacto, não há uma institucionalidade para usar os resultados. Não há processo através do qual vamos mudar o programa ou vamos tomar algum tipo de decisão. Logo, temos que trabalhar não só por mais avaliações de impacto, mas também por uma institucionalidade clara, em que haja aprendizagem dos resultados e o uso desses resultados.

No curto prazo, a resposta é: regras e processos. Ou seja, desenhar regras claras do que se tem que avaliar ou quais são os critérios através dos quais um programa tem que ser avaliado. Por exemplo, um critério baseado no tamanho do programa: se você está gastando R\$ 30 milhões em apoio às pequenas e médias empresas, parece justo exigir que se tenha uma avaliação de impacto.

Processos também no sentido da aprendizagem. Um elemento muito importante é avaliação a médio prazo. Precisamos de avaliações no médio prazo para tomar decisões sobre continuar e/ou modificar o programa. Muitas vezes as instituições não têm esses processos, e é muito difícil convencer a pessoa política. Em virtude disso, precisamos de um processo claro que diga, por exemplo, que serão feitas avaliações do programa a cada três anos – avaliações talvez qualitativas, falando com os beneficiários, para fazer um processo de modificação.

Também cabe discutirmos o tipo de pessoal que tem que facilitar esse processo e se tem que criar uma unidade especializada ou não. Não se trata apenas de colher informação interna, mas também as melhores práticas de fora. Ocorrem muitos *workshops*, mas há uma loteria para decidir quem vai participar e depois não há nenhum tipo de disseminação interna dentro da instituição. Mais uma vez, precisamos discutir o processo, a criação ou não de uma unidade que tenha seus termos de referência, seus processos e que tenha o que fazer.

Cabe lembrar que o processo político que pode mudar mais, mas em questões do setor privado e de inovação, cujos impactos são de médio e curto prazo, precisamos de estabilidade. Um novo governo pode mudar as diretrizes, mas com regras e processos claros, haverá uma unidade que possa apoiar e com quem possa contar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há ainda pouca evidência quanto aos efeitos das políticas de apoio às empresas em termos de produtividade, de mais e melhores empregos e de preços ao consumidor. A incidência dessas políticas também ainda não é bem compreendida. Não há evidências

rigorosas sobre a incidência dos programas (dados empresariais e familiares). O efeito direto provavelmente é regressivo na maioria dos programas. Ou seja, favorece grandes empresas já estabelecidas ou empregos formais já existentes. Sendo assim, carecemos de uma análise mais aprofundada desses programas, bem como de uma institucionalidade que apoie e conte com processos para difundir os resultados dessas avaliações.

REFERÊNCIAS

DUTZ, M. et al. Business Support Policies in Brazil: Large Spending, Little Impact. *Background Paper*. Washington, DC: The World Bank, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/458011511799140856/Business-support-policies-large-spending-little-impact>>. Acesso em: 13 mai. 2018.